



## ATA Nº 10/2014

Aos 14 dias do mês de julho do ano 2014, no edifício dos Paços do Município e sala de reuniões, por motivo de não ter sido possível realizar a sessão marcada para o dia 27/06/2014, reuniu-se a Assembleia Municipal de Espinho, para a terceira sessão ordinária do ano de 2014, presidida pelo Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, José Manuel Carmo da Silva e secretariada por Maria Alexandra Flor Bastos e António Manuel Pinto Oliveira, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Assuntos agendados para o período de antes da ordem do dia;
2. Aprovação das Atas 1/2014; 2/2014; 3/2014; 4/2014; 5/2014; 6/2014; 7/2014;
3. Acompanhamento do PAEL – Relatório 1º trimestre 2014;
4. Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal;
5. Propostas que visam prosseguir as atribuições da autarquia.

Ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do artigo 33.º do Regimento desta Assembleia, a reunião iniciou-se às 21h30 dado que à hora inicialmente designada não se encontrava presente a maioria do número legal de membros desta Assembleia.

**A Câmara Municipal** fez-se representar pelo seu Presidente Joaquim José Pinto Moreira e pelo vereador Quirino Manuel de Jesus.

Foi verificada a presença dos **Vogais**: Paulo Jorge Alves Moreira de Castro, Bernardo Coelho de Lacerda Machado, Luís Miguel Perdigão Carvalho Pinto, Ângelo Fernando da Naia Cardoso, José Emanuel Teixeira Carvalhinho, Maria Aurora da Costa Pereira Morais e Vingada, Alfredo Domingues da Rocha, Jorge Eduardo da Nave Pina, Pedro Nuno Oliveira Tavares, Rosa Martins de Freitas Duarte, Jorge Manuel Pinto Oliveira Carvalho, Ana Cecília Alves de Campos Lopes Rezende, Manuela Alexandra Miranda Pinto Vilares da Silva e dos **Presidentes das Juntas de Freguesia**: Nuno Pinto de Almeida, Rui Manuel Martins Torres, Manuel de Oliveira Dias e José Marco Cunha Rodrigues.

Foi dada nota dos pedidos de substituição do Presidente da Assembleia Municipal por Abel Jorge Correia Santos e dos vogais Ricardo Bastos Sousa por Manuel Cardoso Pereira, de Ana Paula Belinha por Victor Manuel Dias Ruivo, de Rita Figueiredo Reis Rola por Carlos Manuel Cardoso Loureiro, e de Henrique José Pedro Cierco por Joana Raquel da Silva Devezas.

Verificado o quórum, o Presidente da Mesa em exercício declarou aberta a reunião, iniciando os trabalhos com a informação de que entrara na mesa um requerimento do PS a pedir a marcação de uma reunião da Comissão Especializada de Acompanhamento do Orçamento e do PAEL. Por conseguinte, a Comissão Permanente entendeu retirar da Ordem de Trabalhos o 3º ponto: Acompanhamento do PAEL – Relatório 1º trimestre 2014, para ser tratado em sede da

Comissão de Acompanhamento daquele assunto, após o que poderia ser trazido à análise da Assembleia Municipal. Informou ainda que dera entrada também uma Moção do PS sobre a ADCE, sendo que Comissão Permanente entendera que o documento poderia ser entendido como um requerimento pelo que seria entregue à Câmara Municipal.

O vogal José Carvalhinho procedeu à leitura dos dois documentos.

Sobre o documento relativo a ADCE a vogal Manuela Vilares (BE) disse que, em nome da transparência e do rigor, considerava que as contas relativas a ADCE deviam estar acessíveis a toda a população, preferencialmente no *website* daquela associação. Perguntou se era verdade que a ADCE estaria a fazer novas contratações.

O Presidente da Mesa em exercício disse que o pedido da vogal BE devia ser formulado por escrito.

**Ana Rezende (CDU)** perguntou à Mesa qual o encaminhamento dado à solicitação que fizera em maio p.p. para fornecimento de cópia do caderno encargos do Concurso Público 961867 "Confeção e fornecimento de refeições para estabelecimentos de ensino do pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico, para o ano letivo 2013/2014 (2.º e 3.º períodos)".

O Presidente da Mesa em exercício respondeu que o requerimento em questão fora remetido à Câmara em 13 de maio de 2014.

**Manuela Vilares (BE)** colocou três questões à Câmara. Primeira: Relativamente ao encerramento da Escola Básica nº 3 de Anta perguntou porque não recorriam à integração da escola numa TEIP3 (Território Educativo de Intervenção Prioritária). O facto da escola se encontrar localizada junto ao Bairro e o facto de possuir uma unidade de ensino estruturado para autismo facilitavam a sua integração numa TEIP, pois a sua orientação para a intervenção na escola e na comunidade era bem explícita na própria legislação que enquadra os TEIP3. Segunda: Sobre o espaço usado como parque de estacionamento situado junto à Vila Manuela, na Avenida 24 com a Rua 23, fechado há cerca de um ano e meio e que dava para cerca de 100 carros estacionarem gratuitamente, perguntou, uma vez que se tratava de um espaço público, quem vedara aquele espaço, se a Câmara, se a Junta. Se fora a Câmara qual a justificação para vedar aquele parque, porque ao fechar aquele espaço as pessoas acabavam por ter de ir estacionar nos parques concessionados e gastar dinheiro. Terceira: sobre a realização do Mundialito – Torneio de Praia – em Espinho, leram nos meios de comunicação social que a Câmara de Gaia não quisera ficar com a organização por se tratar de um evento bastante dispendioso. A notícia falava em mais de um milhão de euros, no entanto a Câmara de Espinho quisera ficar com a organização do mundialito. Perguntou que estudos foram feitos para assegurar que o retorno daquele evento iria compensar o investimento. Que não eram contra os



mundialitos, nem torneios nem campeonatos, mas achavam que uma autarquia falida devia ter atenção às suas prioridades e ponderar muito bem todo o tipo de investimentos.

O Presidente da Mesa em exercício esclareceu que aquelas questões tinham de ser colocadas por escrito sob a forma de requerimento.

## **Ponto 1: Período de Antes da Ordem do Dia**

Pela bancada do PSD foi apresentado um voto de louvor do seguinte teor: “Dinâmica Cultural e Desportiva do Concelho de Espinho - Iniciativas “Espinho Surf Destination”, entre outros ...:O Surf colocou durante três semanas Espinho na crista da onda, com as provas do circuito europeu de Surf. Com cerca de 90 participantes estrangeiros e outros tantos portugueses, o evento criou novas dinâmicas, com impacto na economia local, na promoção do turismo, hotelaria, praias e um efeito mediático e comunicacional inestimável. Com um investimento reduzido a Câmara Municipal, numa parceria com a escola se Surf Atitude lançou e organizou um evento que passa a ser uma marca de Espinho. Gerou centenas de notícias gratuitas nos mais diversos órgãos de comunicação social, audiovisuais, imprensa generalista e da especialidade e foi alvo de notícia em televisões internacionais e outros suportes de comunicação. O Espinho Surf Destination teve um retorno em notícias e divulgação da cidade que se traduz em largas dezenas de milhares de euros. De destacar a prestigiante parceria que o Jornal I aceitou fazer, depois de se informar e avaliar o impacto público e qualidade da prova e o prestígio e organização das entidades promotoras. A RTP, num programa em direto de seis horas a partir da nossa cidade, reservou largo espaço nessa emissão, transmitida nas antenas internacionais ao Espinho Surf Destination. A quota de ocupação da hotelaria durante esse período foi largamente preenchida com participantes nas provas. As condições naturais das nossas praias e a onda de Espinho fazem a partir de agora parte das rotas dos circuitos nacionais e internacionais de surf. É com eventos desta qualidade que se criam novas e inovadoras dinâmicas de desenvolvimento para a economia local, promovendo também o comércio local. Com imaginação, dinamismo, ousadia e trabalho sério e persistente é possível com pequenos investimentos gerar retorno e promover em larga escala a cidade de Espinho. Parabéns ao Executivo da Câmara Municipal de Espinho e a todas as entidades privadas que fizeram parceria para realizar a prova e criar a marca “Espinho Surf Destination”. A par do evento “Espinho Surf Destination”, o concelho tem acolhido também outros eventos, nomeadamente, Mundial de Voleibol Escolar, o Torneio de Voleibol AMB, Festival Mar – Marionetas, entre outros, onde a Autarquia esteve envolvida, como organizadora ou coorganizadora. Com estes eventos culturais e desportivos a hotelaria em Espinho quase esgotou e a restauração teve imensa procura. A Assembleia Municipal de Espinho, na sua 1ª reunião da 3ª Sessão Ordinária de 2014, realizada em 14 de Julho, delibera apresentar um Voto

de Louvor à Câmara Municipal de Espinho pela organização e apoio concedido aos diversos eventos.”

#### **Intervenções:**

**Manuela Vilares (BE)** disse ter lido no JN que o Governo escondia 162 mil desempregados em cursos de formação, o que faria disparar a taxa de desemprego de 15,1% para 18,2%. Que a Câmara Municipal de Espinho era como o governo e escondia debaixo do tapete o que não interessava, enfeitando a miséria com “surf” e “futebol”. Disse que o BE considerava os torneios e os campeonatos muito bem-vindos, mas que havia assuntos muito mais urgentes para aplicação dos dinheiros públicos. Que a miséria continuava a aumentar assim como a exclusão social, o desemprego e a emigração, as dificuldades do povo para pagar bens essenciais, como a água, a luz, a alimentação. Com as taxas de água e de IMI mais alta do país, as pessoas tinham cada vez menor poder de compra. Que, para os principais problemas de Espinho, não viam vontade do PSD para a sua rápida resolução, mas viam-nos cantar vitória com fogo-de-artifício que só tentavam enfeitar a miséria cada vez maior.

**Ana Rezende (CDU)** não retirando a importância que aquele evento teve em Espinho, perguntou a razão de, havendo 2 escolas de surf em Espinho, uma delas, a Surfjah, não ter sido envolvida naquela iniciativa.

**Jorge Carvalho (CDU)** disse que não tinha nada contra o surf, mas era contra o facto da bancada do PSD vir louvar o PSD. Que considerava aquele louvor ridículo e desnecessário. Que era inerência da Câmara trazer bons eventos para Espinho. Considerava que se a Câmara Municipal merecia um louvor só pelo surf, era um fraco executivo.

**José Carvalhinho (PS)** disse que fora um ótimo evento que trouxera muito movimento a Espinho, mas considerava também que estavam a louvar aquilo que devia ser o papel da Câmara, na promoção e desenvolvimento do concelho de Espinho e da marca Espinho. Contudo os eventos, por si mesmo, não chegavam, sendo necessário a criação de estruturas e infraestruturas permanentes e definitivas que permitissem quebrar a questão da sazonalidade, nomeadamente balneários que os surfistas, durante o inverno, pudessem utilizar para troca de roupa. Disse que julgava que a Câmara não fora a organizadora do evento, mas uma parceira da Escola Surf Atitude. No entanto, disse que considerava excelente para Espinho a realização daquele evento. Que era preciso reconhecer quando o trabalho era bem feito, mas considerava excessivo aquele voto de louvor.

**Paulo Castro (PSD)** disse que respeitava as opiniões dos vogais, mas o facto da Bancada do PSD trazer aquele documento à Assembleia era por si só positivo porque originara a discussão de um evento e de um conjunto de acontecimentos, que doutra forma não seriam discutidos,



levando à apresentação, por parte do PS, de sugestões que poderiam ser aproveitadas. Relativamente à escola Surfjah, disse que competia ao executivo esclarecer o assunto. Que aquelas iniciativas, com pouco investimento, traziam sempre dinâmica empresarial, para o concelho e concordava que fossem feitas ao longo do ano porque o empresário de Espinho de hotelaria, restauração, precisava daquele tipo de eventos para ter movimento. Mesmo o Parque de Campismo estava repleto de jovens, alojados pós-evento, porque já conheciam a onda de Espinho.

**Aurora Morais (PS)** disse que aquele documento era genial porque o seu título dava especial relevo ao Espinho Surf Destination, que fora um excelente evento, no entanto, no decorrer do texto eram entrelinhadas o Mundial de Voleibol Escolar, o Torneio de Voleibol AMB, Festival Mar – Marionetas, entre outros. Que teria de votar eventos que nem sabia quais eram. Questionou em quais dos eventos a Câmara tinha sido organizadora e em quais única e exclusivamente prestara apoio. Disse que o voto de louvor devia ser para as entidades que organizaram aqueles eventos. Não duvidava da importância de realização dos eventos, mas questionava a atribuição de um voto de louvor à Câmara porque, se dera apoio, participara na organização, não fizera mais do que a sua obrigação. Não havia nada de extraordinário que justificasse um voto de louvor.

**Carlos Loureiro (PSD)** disse que extraordinário era o simples facto das coisas acontecerem. Que não lhes custava reconhecer publicamente que Espinho tivera projeção, o seu tempo de antena, que houvera animação local, dinamismo económico nos agentes económicos da cidade, e que, enquanto Assembleia Municipal, não lhes ficava mal reconhecer que aquele era o primeiro de vários passos e de vários eventos a acontecer, agradecendo à Câmara pelo trabalho bem feito.

**Ângelo Cardoso (PS)** disse ser favorável a tudo o que era bom para Espinho. Disse que votava favoravelmente aquele documento se na parte final passasse a constar “todos os organizadores”.

**Jorge Carvalho (CDU)** disse que não concordava com o vogal do PSD, Paulo Castro, quando referiu que o documento visava chamar a atenção para os eventos e apoiá-los, porque não era isso que o documento dizia. Ficaram ali a saber que a ideia não fora da Câmara, mas de uma escola de surf que organizou o evento, apoiado pela Câmara, pelo que deviam louvar a Escola. Disse que o PSD media todas as coisas pelo interesse económico dado à hotelaria e à restauração de Espinho, pelo que parecia que a Câmara Municipal era um agente intermediário para encher os hotéis e os restaurantes. Que os eventos tinham outra importância que não o lucro.

**Rui Torres (Presidente JF Espinho)** disse que seria incapaz de votar contra aquele documento porque o mesmo ia de encontro ao que achava que devia ser a governação local, que devia ser articulada com a população, com as instituições, com a comunidade, com os restaurantes e a hotelaria. Que todos deviam trabalhar pelo progresso da Cidade. Que a Câmara estava a fazer uma boa gestão em apoiar eventos com vista ao crescimento de Espinho. Era isso que o documento traduzia e seria perfeito se efetivamente incluísse as diversas instituições organizadoras.

**Carlos Loureiro (PSD)** disse que aceitavam a sugestão para alterar a parte final do documento, passando no mesmo a constar "A Assembleia Municipal de Espinho, na sua 1ª reunião da 3ª Sessão Ordinária de 2014, realizada em 14 de Julho, delibera apresentar um Voto de Louvor à Câmara Municipal de Espinho e a todas as entidades intervenientes pela organização e apoio concedido aos diversos eventos".

**Ângelo Cardoso (PS)** disse que na parte deliberativa devia constar apenas "todos os organizadores".

**Paulo Castro (PSD)** disse que pretendiam manter no texto a menção à Câmara Municipal.

**Presidente CM** pediu a palavrarm para esclarecer que o conceito Espinho Surf Destination fora um conceito que criaram no âmbito daquele projeto inserindo-se numa política mais vasta de promoção da cidade e de organização de eventos diretamente pela Câmara em regime de coorganização, política que consideravam fundamental para o desenvolvimento sustentado da cidade e concelho. Aquele evento fora-lhes proposto pela Escola de Surf Atitude, e avançaram diretamente para a sua organização por reconhecer-lhe mérito, que para além da componente de promoção da cidade, procurou trazer valor acrescentado à Cidade. Que fora a Câmara Municipal que candidatara o projeto a Fundos Comunitários, sendo financiado em 85%. Em resposta ao vogal José Carvalhinho disse que a Câmara Municipal tinha protocolos assinados com as duas escolas de surf para os surfistas utilizarem os balneários fora da época balnear. Disse que aquela política de eventos tinha também como objetivo fundamental combater a sazonalidade, pelo que estavam espalhados por todo o ano. Deu como exemplo o mundial de voleibol escolar que se realizou em abril e durante o qual a Câmara tivera de se aliar a Santa Maria da Feira por motivo de Espinho não possuir alojamento suficiente para todos os jovens oriundos de 32 países. Em parceria com a Academia Maia / Brenha, organizaram a AMB e brevemente iniciar-se-ia o mundialito na praia. Em novembro realizar-se-á a maior convenção de Fitness da Europa, com cerca de três mil participantes. Que aqueles eventos tinham um efeito profundamente positivo na economia local, não apenas na hotelaria ou na restauração, como também no comércio local. Disse que o mérito era também das instituições que colaboravam com a Câmara naqueles eventos, mas não podiam negar a capacidade que a Câmara tinha em captar os eventos que podiam ser realizados noutro lado.



O Presidente da Mesa em exercício disse que o voto de louvor seria votado com a seguinte alteração na parte deliberativa: "A Assembleia Municipal de Espinho, na sua 1ª reunião da 3ª Sessão Ordinária de 2014, realizada em 14 de Julho, delibera apresentar um Voto de Louvor à Câmara Municipal de Espinho e a todas as entidades intervenientes pela organização e apoio concedido aos diversos eventos".

**Votação:** Aprovado com 13 votos a favor e 11 abstenções, estando 24 membros presentes.

**Ponto 2. Aprovação das Atas 1/2014; 2/2014; 3/2014; 4/2014; 5/2014; 6/2014; 7/2014.**

O Presidente da Mesa em exercício, sugeriu que fosse alterada a redação na parte inicial das atas para nelas passar a constar: "Ao abrigo dos n.ºs 2 e 3 do Regimento desta Assembleia, a reunião iniciou-se às 21h30 dado que à hora inicialmente designada não se encontrava presente a maioria do número legal de membros desta Assembleia." Na parte final sugeriu acrescentar a menção ao regimento para além da lei.

Ata nº 1/2014: aprovada por maioria com 21 votos a favor e 4 abstenções;

Ata nº 2/2014: aprovada por maioria com 23 votos a favor e 2 abstenções;

Ata nº 3/2014: aprovada por maioria com 24 votos a favor e 1 abstenção;

Ata nº 4/2014: aprovada por maioria com 23 votos a favor e 2 abstenções;

Ata nº 5/2014: aprovada por maioria com 23 votos a favor e 2 abstenções;

Ata nº 6/2014: aprovada por maioria com 24 votos a favor e 1 abstenção;

Ata nº 7/2014: aprovada por maioria com 23 votos a favor e 2 abstenções;

Os vogais abstiveram-se por motivo de não terem estado presentes nas reuniões a que as atas dizem respeito.

**Ponto 4. Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal**

**Presidente CM** prescindiu da intervenção inicial.

**Manuela Vilares (BE)** disse que lamentava o facto do Museu Municipal encerrar aos Domingos e Feriados, por motivo de ser, nesses dias, que as pessoas tinham disponibilidade para passear e visitar, pelo que sugeriu que o Museu Municipal passasse a encerrar à segunda-feira.

**Jorge Carvalho (CDU)** solicitou esclarecimentos sobre o processo de contraordenação instaurado pela ARH Norte contra a Câmara Municipal e o Sr. Álvaro Meireles. Sobre o modo como estava a ser explorado o Balneário Marinho, que estava transformado em SPA e Centro Desportivo, retirando a possibilidade à ADSE e à Segurança Social em comparticiparem os tratamentos que as pessoas efetuavam naquele local. Que os horários e os preços levavam a que as pessoas se afastassem. Que a mudança de local da estação de Espinho tornou mais difícil o acesso ao balneário, sugerindo a criação de um transporte de apoio por parte da Câmara Municipal. Perguntou se a Câmara Municipal não pensava aproveitar melhor aquela estrutura, quase única no país devido à quantidade de iodo presente na água do mar.

**José Carvalhinho (PS)** disse que, embora sabendo que o Centro Multimeios estava cedido à exploração por parte da ADCE, e por entender que o mesmo era um equipamento municipal de referência, perguntou a razão de não constar na informação escrita indicadores sobre a sua atividade. Solicitou esclarecimentos sobre a preparação da época balnear, nomeadamente a intervenção da Câmara junto da Agência Portuguesa de Ambiente, no sentido de desbloquear as concessões que já caducaram e sobretudo sobre os concursos que foram lançados porque entristecia-o ver uma extensa zona de praia não concessionada.

**Alfredo Rocha (PS)** disse que a Requalificação da Rua da Igreja fora um trabalho de qualidade. Solicitou esclarecimentos sobre o facto dos contentores do lixo e dos ecopontos que estavam situados no cruzamento da Rua da Igreja com a Rua General Humberto Delgado terem sido retirados desse local e colocados mais perto das habitações, levando a queixas por parte dos residentes, motivadas pelos maus cheiros. Disse que os mesmos poderiam ser colocados num local mais afastado das habitações. Sobre o trabalho efetuado no Largo Sto. Estevão perguntou se houve algum motivo em especial para que não fosse executado em conformidade com projeto, tendo até ficado aquém. Disse ainda que os proprietários de terrenos que cederam espaço para a execução do passeio e faixa de estacionamento na Rua da Igreja sentiam-se lesados com a rampa de acesso executada, por não conseguirem utilizar para passagem das máquinas agrícolas para os respetivos terrenos. Disse ainda haver queixas de um residente em Guetim pelo facto das obras executadas na Rua da Igreja junto ao Ribeiro do Mocho, terem originado a queda de pastilha que revestia o muro da sua propriedade.

**Nuno Almeida (Presidente JF Anta e Guetim)** disse que já endereçara à Câmara ofício sobre a situação dos contentores e dos ecopontos referida pelo vogal Alfredo Rocha, tendo estado no local com um técnico da Câmara Municipal, estando a aguardar resposta sobre o assunto. Sobre a queda da pastilha, disse que tinham sido feitas promessas ao proprietário do muro quando da visita da obra, pelo que esperava que quem prometera, cumprisse a promessa.

**Presidente CM** sobre a questão do Museu Municipal estar encerrado disse que tinha a ver com o facto do número de visitantes ao domingo ser muito inferior ao número de visitantes à





semana, não justificando o pagamento de trabalho extraordinário aos funcionários. Sobre o processo de contraordenação instaurado pela ARH Norte contra a Câmara Municipal e o Sr. Álvaro Meireles, disse que o mesmo datava de 2008, portanto anterior à tomada de posse da atual Câmara Municipal, e que não tinha conhecimento direto dos factos, mas sabia que a Câmara tinha aduzido a sua defesa e que pensava que tinha colaborado com o funcionário, agora aposentado, para ajudá-lo na sua defesa, tendo a ver com uma descarga ocorrida no Rio Largo. Sobre o Balneário Marinho disse que conheciam bem aquele equipamento histórico e com uma grande tradição e que continuava a ter uma elevada frequência. Que não podiam esquecer que era um equipamento com muitos anos, que precisava de requalificação. Que tinham estudos preliminares já efetuados para requalificar o equipamento que implicava um investimento de cerca de um milhão de euros, não tendo a Câmara Municipal disponibilidade financeira para o efeito. Que esperava que o próximo quadro comunitário permitisse aceder ao dinheiro comunitário para procurar requalificar aquele espaço que, manifestamente, precisava. Disse que a deslocalização da estação mais para sul afastara alguns utentes do Balneário, criando dificuldades uma vez que as pessoas que acediam aquele tipo de tratamentos precisavam de aceder a viatura própria ou a transporte público próximo. Que a criação de um transere entre a estação e o balneário não era exequível. Sobre o Centro Multimeios disse que poderia pedir informação adicional até porque a Câmara considerava ser um equipamento vital para a cidade. Que estava com uma dinâmica muito interessante. Esperavam obter aprovação final da candidatura ao projetor digital, sendo o Centro Multimeios colocado na vanguarda tecnológica. Sobre as zonas de praias não concessionadas, esclareceu que existiam zonas que não podiam ser concessionadas, por motivo de não estarem previstas no atual POC, como por exemplo a sul da rua 37. Quando o POC fosse revisto, o município de Espinho seria ativo e interventivo e defenderia mais zonas de concessão de praia, designadamente na frente urbana. Sobre os apoios de praia previstos na Avenida Maia/Brenha disse que não estava na posse dos dados, mas sabia que um dos casos estava em litígio no Tribunal Administrativo entre a Câmara e o requerente e para dois outros fora declarada a caducidade do pedido de licenciamento, por manifesto desinteresse dos atuais concessionários, tendo a Câmara solicitado à ARH que tomasse as medidas que considerasse adequadas. Sobre a obra de requalificação da Rua da Igreja, disse que, na sua opinião, fora uma obra que melhorara face ao projeto inicial, que fora acompanhada diariamente pela Câmara, acolhendo sugestões de alguns moradores para a melhoria da empreitada. Quanto ao Largo Sto. Estevão disse não concordar com a opinião do Vogal Alfredo Rocha, considerava que estava bem conseguida e prática, qualificando e dignificando aquele espaço. Que a utilização devia adequar-se ao espaço e não ao contrário. Gostava que a intervenção fosse mais a montante, até aos limites da propriedade da paróquia mas que não fora possível, sobretudo por razões de ordem financeira, mas também pelo declive do adro e questões técnicas que se colocavam devido ao muro de suporte que fora feito há alguns anos. Sobre as rampas de acesso aos terrenos agrícolas, disse que encaminhara a carta

recebida aos serviços técnicos competentes para estudarem o assunto e encontrarem uma solução que não colida com a segurança e circulação na via.

**Alfredo Rocha (PS)** perguntou se houvera alguma razão especial, para além das questões financeiras, para não cumprimento do projeto no Largo Sto. Estevão, uma vez que na sua opinião, se fosse feito, a obra ficaria com outra dignidade e o local com outra vista e outro bem-estar para a população. Que, não sua opinião não via outro impedimento, para além das questões financeiras, porque o espaço era público e não da Igreja.

**Ana Rezende (CDU)** perguntou como conseguiram diminuir o número de processos judiciais, dos litígios, uma vez que havia uma redução substancial dos processos relativamente à informação escrita anterior. Continuavam sem saber o que estava em causa, que tipo de matéria constava daqueles processos.

**Presidente CM** disse que já respondera à questão por diversas vezes na Assembleia Municipal, sendo aquela a forma da Câmara prestar a informação escrita. Sobre a diminuição dos processos pendentes disse que os processos iam findando ou por acordos ou por decisões proferidas ou por muitas delas transitarem em julgado.

Não havendo mais pedidos de esclarecimentos, foram feitas as seguintes intervenções:

**Paulo Castro (PSD)** sobre a informação financeira disse que verificaram a evolução da dívida de 31 de dezembro de 2013 a maio de 2014 e constataram que dívida de curto prazo e a de longo prazo diminuíram na ordem de um milhão e meio de euros e que o grosso da despesa era para funcionamento de estrutura e amortizando dívida de curto prazo e de médio prazo, o executivo continuava a conseguir fazer investimento na ordem dos 38% face à despesa, pelo que gostaria de felicitar o executivo.

**Jorge Carvalho (CDU)** disse que considerava que as informações escritas vinham a empobrecer e continuavam a não ser esclarecedoras. Disse que o Presidente da Câmara tinha mudado de opinião e que agora dissera que iria dar informações sobre a ADCE. Que a Câmara transformara a ADCE numa associação privada para não estar sujeita ao escrutínio da Assembleia Municipal e do Tribunal de Contas, mas que, na sua posse, tinha equipamentos, como o Restaurante do Parque de Campismo, o Centro Multimeios. Não percebia como podiam os equipamentos estar em progresso se havia despedimentos. Que era importante que nas informações escritas viesse tudo o que era relevante e que acontecera em Espinho.

**Carlos Loureiro (PSD)** disse que não podia deixar de manifestar o seu apoio e solidariedade ao Presidente da Câmara por mostrar disponibilidade em receber aquela freguesia e integrá-la no concelho de Espinho, em resposta a um apelo genuíno que recebera de S. Félix Marinhenses.



**Presidente CM** sobre a diminuição da dívida disse que a Câmara, conjuntamente com os seus funcionários, dirigentes e também com a população, fizera um esforço muito grande para diminuição de um volume de dívida e de serviço de dívida que era grande e limitador da ação executiva e da tomada de opções políticas. Diminuíram também o prazo médio de pagamento aos fornecedores. Quanto à falta de informação sobre a ADCE, disse que havia um processo de reestruturação daquela entidade, da qual a Câmara era sócia, conjuntamente com outras 20 entidades. Por força da diminuição das comparticipações da Segurança Social e por força do volume de contratação por parte da Câmara Municipal, a ADCE tinha dificuldades de liquidez e consequentemente dificuldades financeiras, pelo que em Assembleia Geral tiveram de tomar uma decisão difícil, ou reestruturavam a ADCE ou aquela acabava por cair, tendo sido aprovado, por unanimidade, o plano de reestruturação. Sobre a questão de S. Félix da Marinha, disse ser uma freguesia limítrofe, com profundas ligações históricas com Espinho e um grande fluxo entre as duas populações, nela residindo muitos filhos e netos de Espinho que continuavam a fazer o seu centro de vida em Espinho. Nos últimos anos recebera muitas manifestações de vontade de moradores em S. Félix da Marinha que viam com bons olhos a adesão ao município de Espinho. Não podia ficar alheio aquelas manifestações de vontade e fora isso que procurara transmitir na sessão solene do Dia da Cidade. Não estava em causa nenhuma tomada hostil relativamente a S. Félix da Marinha, mas apenas transmitir a pré-disponibilidade para, se assim o entendessem, ingressarem no Concelho de Espinho. Disse que isso gerara uma reação violenta de desagrado por parte dos Órgãos Autárquicos de Vila Nova de Gaia, perfeitamente espetável. Como autarca de Espinho limitava-se a defender os interesses da nossa comunidade e da nossa terra.

## **Ponto 5 - Propostas que visam prosseguir as atribuições da autarquia.**

Pelos vogais do PS foi apresentada uma recomendação do seguinte teor: **“Recomendação sobre Placas Toponímicas”**: A cidade de Espinho tem com uma das suas características a quadricula das suas ruas, o que a torna diferente da maioria das cidades portuguesas. Por outro lado a denominação das ruas por números, pares quando são paralelas ao mar com a numeração crescente de poente para nascente e, ímpares quando são perpendiculares ao mar com a numeração crescente de norte para sul, torna a procura das ruas mais acessível para quem as procura. Porém, com o passar do tempo, ou pela existência de obras nos edifícios, ou por outros motivos, as placas de numeração das ruas nas respetivas esquinas foi desaparecendo e hoje, é visível por toda a cidade a falta dessas placas de informação da rua, outrora existente, e que é fundamental não só para os habitantes do concelho mas, sobretudo para quem nos visita. É fácil, no dia-a-dia, encontrarmos pessoas questionando em que ruas se encontram, para sua melhor orientação. Assim a Assembleia Municipal de Espinho, reunida na sua sessão ordinária de 14 de Julho, recomenda à Câmara Municipal que proceda à colocação das placas com o nº da rua nos locais onde essa informação não exista.”

**Presidente CM** disse que a recomendação era pertinente. Que a Câmara procurara soluções diferentes para a sinalética das ruas, mas por descaracterizarem a matriz de Espinho e pelo

preço demasiado alto, não foram adotadas. Fizeram repintura de algumas placas de mármore e recolocaram outras onde não existiam. Disse existir uma lacuna no Regulamento Municipal de Edificações e Operações Urbanísticas que não previa a obrigatoriedade dos empreiteiros colocarem aquelas placas, pelo que a Câmara estava a analisar a questão, verificando a possibilidade de impor aquela condição. Que existia uma proposta de trabalho para alteração do referido regulamento.

**Jorge Carvalho (CDU)** disse que não era a primeira vez que uma recomendação sobre aquele tema era apresentada à Assembleia e que a resposta dos executivos era sempre que iriam tratar do assunto. No entanto, as placas continuavam a desaparecer e não eram repostas. Sobre a questão da integração de S. Félix da Marinha em Espinho, disse que, durante anos, no programa eleitoral da CDU, fizera parte a integração de S. Paio de Oleiros, Nogueira da Regedoura e parte de S. Félix da Marinha. Que quem mais desejava a integração eram os residentes no lugar de Espinho de S. Félix da Marinha e na Tabuaça porque os restantes já não se consideravam identificados com o Concelho de Espinho.

**Jorge Pina (PS)** confirmou que era verdade que fora feita a repintura de várias placas. Que em termos de custos, havia substituição para a mármore, como por exemplo o granito.

**Votação:** Aprovado por unanimidade.

Pelos vogais do PS foi apresentada uma recomendação do seguinte teor: "**Recomendação Postura Trânsito:** Considerando que: 1 – Compete à assembleia municipal, em matéria regulamentar e de organização e funcionamento, sob proposta da câmara aprovar posturas e regulamentos; 2 – A Postura Municipal de Trânsito de Espinho em vigor foi aprovada pela Assembleia Municipal de Espinho e publicada em Diário da República em 21 de Dezembro de 2005. 3 – Têm vindo a ser implementadas alterações à Postura sem qualquer aprovação da por parte da Assembleia Municipal contrariando o disposto no artigo 7º da Postura Municipal designadamente: Alteração da Circulação de Trânsito na Zona envolvente ao FACE e Praça do Mar; Alteração da Circulação de Trânsito na zona envolvente do largo de Santo Estêvão em Guetim; Alteração da Circulação de Trânsito na Rua 8 no troço compreendido entre as ruas 3 e 15 que passou a efetuar-se nos dois sentidos. 4 – Foram aprovadas em Assembleia Municipal de Setembro e Dezembro de 2009 recomendações no sentido da retirada de todas as alterações à Postura Municipal de Trânsito de Espinho em vigor já caducadas e no sentido da apresentação por parte da Câmara Municipal de uma proposta de alteração da Postura Municipal de Trânsito. 5 – Já nessa altura a Câmara considerou que a atual postura de trânsito estava desfasada da realidade, tendo sugerido que a Assembleia Municipal nomeasse uma Comissão no sentido de realizar uma abordagem mais atual sobre a postura de trânsito. 6 – Em Janeiro de 2011 o executivo camarário informou a Assembleia Municipal que a Postura de Trânsito estava a ser reavaliada pelos respetivos serviços. 7 – Até esta data não foi apresentada qualquer alteração à postura de trânsito em vigor. 8 – No momento em que o concelho atravessa um período de



renovação da imagem urbana, a elaboração de postura de trânsito revela-se essencial para atender às necessidades da sua regulação. A Assembleia Municipal de Espinho reunida na sua sessão ordinária de 14 de Julho de 2014, com o objetivo de melhorar e disciplinar a circulação e estacionamento de veículos motorizados, de contribuir para a minimização de conflitos entre estes e peões, para corrigir as alterações nos sentidos viários no intuito de reduzir percursos, clarificar a orientação para os principais serviços e equipamentos e ir de encontro às normas técnicas de acessibilidade em vigor recomenda que o executivo camarário apresente proposta de alteração à Postura de Trânsito em vigor.”.

**Quirino Jesus (Vereador CME)** disse que o documento era pertinente. Que aquela questão já tinha sido levantada na Assembleia há algum tempo atrás e desde então a Câmara vinha a trabalhar no sentido de ir ao encontro da atualização daquela Postura de Trânsito. Que na zona envolvente ao enterramento da Linha nada estava como constava da Postura de Trânsito, carecendo de resolução. Que uma postura Municipal só por si não funcionava e que a Câmara, para dar cumprimento à carta de segurança da Europa, teria de pensar num plano municipal de segurança rodoviária. Que a Câmara não tinha técnicos especialistas para apresentação de um documento fundamentado. Também por causa da questão do Plano Diretor Municipal, que mexia com a questão da circulação, acessibilidades e toda a rede viária do concelho, tinham vindo a ver adiada a pretensão que queriam para resolver o problema da Postura. No início do próximo ano seria apresentado um estudo consubstanciado no Plano Municipal de Segurança Rodoviária, onde a Postura estaria devidamente atualizada, com todas as alterações que já existiam na prática e não estavam plasmadas no documento, bem como algumas alterações que podiam vir a decorrer da implementação do PDM.

**Manuela Vilares (BE)** disse que a Postura Municipal tinha quase 10 anos, considerando inaceitável, numa Cidade como Espinho, não existir uma postura Municipal de Trânsito mais atualizada. Que queriam atrair turistas a Espinho, no entanto tinham uma postura de trânsito que não era moderna e como referia a música de Paulo de Carvalho "*10 anos é muito tempo*". Disse que o BE iria votar o documento favoravelmente.

**Jorge Carvalho (CDU)** disse que, nos termos do Regulamento, a Câmara podia efetuar alterações transitórias durante um período de tempo, após o que revertiam. Que se houvesse um acidente era um problema porque havia sinais nas ruas que não constavam da postura.

**Rui Torres (Presidente JF Espinho)** disse que, em conversa com o Vereador da Câmara Quirino Jesus, aperceberam-se da necessidade de rever o plano, mas que a revisão era complexa. Verificaram que o Plano Municipal em vigor não era abrangente a todo o município, havendo necessidade de pedir a participação das Juntas de Freguesia para, em conjunto, elaborar um plano que abranja todo o município.

**Votação:** Aprovada por unanimidade, estando presente 24 membros.

Nos termos regimentais, o Presidente da Mesa em exercício abriu o período para intervenção do público presente.

**Odete Maia Rodrigues Lopes**, residente na Rua 8, nº 169 em Espinho interveio para solicitar esclarecimentos quanto ao encerramento da Escola Anta 1, uma vez que fora considerada a melhor escola do concelho de Espinho. Comparativamente com as infraestruturas daquela escola, o polo construído era um caixote de cimento. Referiu o problema da acessibilidade ao polo e a falta de locais para estacionamento para os pais poderem levar as crianças em segurança à escola, bem como a falta de transporte para o polo.

**Adão Ferreira Gonçalves**, residente na Rua Nova dos Loureiros, nº 122 em Silvalde disse que era colaborador de uma firma de pirotecnia e reclamou sobre a falta de pagamento, desde 2011, pelo lançamento de fogo em várias festas. Perguntou de quem era a responsabilidade pelo pagamento, se era da Junta de Freguesia de Espinho ou de outra entidade.

**Rui Torres (Presidente JF Espinho)** esclareceu que fora ele que contratara aquela empresa e assumia a responsabilidade de pagar a dívida, a qual não era da Junta de Freguesia de Espinho, mas era da Comissão de Festas e da Praia d' Espinho – Agência de Desenvolvimento, às quais presidiu. Em 4 anos de realização da Festa de Nossa Senhora da Ajuda, o total ascendera aos 650 mil euros, sendo que 48% fora financiado pelo município, 38,4% conseguidos com outras receitas arrecadas pela Comissão de Festas e 12, 6% ainda estavam por liquidar.

**Presidente CM** esclareceu que por deliberação da Câmara Municipal, foram atribuídos, nos anos passados, subsídio à uma comissão de festas que era civil. Disse que a Câmara Municipal não era devedora de qualquer quantia à Comissão de Festas.

**Vânia Cristina da Silva Pereira Alves**, residente na Rua 36, nº 1001 – 2º esq. em Espinho, demonstrou o seu descontentamento quanto ao encerramento das Escolas Anta 1, Anta 2 e Anta 3 por motivo do novo Centro Escolar não oferecer as condições da Escola Anta 1, dado não ter grandes acessibilidades, não existirem passeios, estacionamento. Perguntou se os meninos com deficiências que sempre tiveram aulas nas Escolas a encerrar iriam ser integrados ou não naquele polo.

**Hélder Manuel Rodrigues Costa**, residente no Bairro da Ponte de Anta – Bloco S – 2º esq., disse que com o encerramento da Escola Anta 3, na qual funcionava a Unidade de Autismo, as crianças ficariam divididas, uma vez que o pré-escolar passaria para o novo polo, o 3º e 4º ano e a Unidade de Autismo para a Sá Couto. Perguntou o motivo pelo qual os alunos de Anta 3 iam ser separados e qual o futuro da Unidade de Autismo, dado que foram recusadas inscrições de 3 crianças por motivo da unidade não se encontrar numa escola com os quatro anos do primeiro ciclo. Na sua opinião pretendiam fechar a Unidade.

**Presidente CM** esclareceu que, quando tomaram posse em 2009, encontraram uma rede escolar, no âmbito do pré-escolar e primeiro ciclo, degradada. Que as escolas existentes não estavam minimamente adaptadas às condições exigidas hoje para lecionar com qualidade. Que era um facto reconhecido tanto pela comunidade educativa como pela comunidade política de Espinho. Que a carta educativa e as suas alterações, aprovadas pela Assembleia Municipal e



pela antiga DREN, diagnosticavam aqueles problemas e apontavam o caminho da construção de 3 Centros Escolares, os quais estavam financiados por fundos comunitários a 85% e os restantes 15% pelo orçamento municipal suportado pelas verbas do jogo. Que os projetos de execução dos Centros Escolares respeitavam todas as normas vigentes, foram validados pelo Ministério da Educação e possuíam condições que as atuais escolas não tinham e que eram objeto de queixas diversas e recorrentes. Sobre a localização dos polos, a Câmara procurara que fosse a mais central possível na freguesia de Anta, Paramos e Silvalde. Quando as obras do Centro Escolar de Anta estivessem concluídas, teria acessos e estacionamento. Sobre a Escola Anta 3, situada no Bairro da Ponte de Anta, disse que, durante muitos anos, os pais e avós não colocaram as crianças naquela escola, esvaziando-a, o que levou a um número insuficiente de crianças para abrir determinadas classes. Disse que a Unidade de Autismo não encerraria. Que era uma obrigação legal do município mantê-la em funcionamento. Que o problema da deslocalização não se colocava, uma vez que a Câmara assegurava o transporte das crianças.

**Jorge Carvalho (CDU)** pediu a palavra para dar esclarecimentos sobre a carta educativa, tendo o Presidente da Mesa em exercício respondido que, de acordo com o Regimento, tinha indigitado o Presidente da Câmara Municipal para dar os esclarecimentos necessários, pelo que o assunto estava tratado. O vogal Jorge Carvalho recorreu ao plenário da Assembleia Municipal para que fosse aceite o seu pedido de intervenção, tendo sido aprovado com 12 votos a favor e 11 votos contra, estando presentes 23 membros.

**Jorge Carvalho (CDU)** esclareceu que a carta educativa fora discutida na Assembleia Municipal, nela prevendo-se a concentração dos polos educacionais, tendo na altura a CDU votado contra porque eram de opinião que justificava-se a criação de pequenos polos dispersos e não a concentração de todos os alunos num espaço pequeno que criaria problemas sérios e afetaria a qualidade do ensino.

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa em exercício deu por encerrada a reunião.

As deliberações tomadas na presente reunião foram aprovadas em minuta ao abrigo do nº 3 do artigo 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do nº 4 do artigo 60.º do Regimento desta Assembleia.

Para constar e devidos efeitos, nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 60.º do Regimento, lavrou-se a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, e vai ser assinada pelo Presidente da Mesa em exercício e por mim Isaura Maria Gomes Pinto da Rocha Gonçalves, funcionária municipal da Divisão de Gestão Administrativa e Financeira, designada para o efeito, que a elaborei nos termos legais.

O Presidente da Mesa em exercício,

---

A Funcionária Municipal,

---